

## **Condsef/Fenadsef entra com ação civil contra União por assédio moral coletivo**

Por meio de sua assessoria jurídica, a Condsef/Fenadsef ingressou com uma ação civil pública contra a União por assédio moral institucional contra servidores e também contra o serviço público. Na ação a entidade pede reparação de danos e lista pelo menos onze fatos que contaram com ampla divulgação em meios de comunicação que comprovam a prática do governo Bolsonaro em denegrir e desabonar servidores públicos. A violação de direitos fundamentais e sociais frente as condutas do governo Bolsonaro e seus integrantes foi destacada. "Os servidores públicos federais são tratados como promotores de "balbúrdia", "idiotas úteis", "massa de manobra", "parasitas", entre outras adjetivações", aponta a peça.

O governo atual tem constantemente direcionado ataques e proposto medidas que causam entraves à livre associação sindical, à autonomia universitária e ao exercício de direitos constitucionais e legalmente previstos. Ainda, destaca a ação, "os servidores são corriqueiramente responsabilizados pelo desequilíbrio das contas públicas, sendo-lhes imputado todos os ônus em equacioná-lo".

Entre os motivos listados para acionar a União na Justiça estão a alteração da forma de recolhimento das mensalidades e contribuições sindicais, a extinção de cargos em comissão e de funções de confiança, interferências nas instituições públicas de ensino, cortes de investimentos em áreas essenciais, além da imputação de culpa a servidores com afirmações de que são responsáveis por "atos corruptos do passado" que propagam uma visão generalista e preconceituosa.

A Confederação ainda aponta as ofensas proferidas tanto pelo próprio presidente Jair Bolsonaro, quanto por ministros e figuras do alto escalão do governo. A forma ainda como servidores da área ambiental sofrem perseguições, servidores da educação são taxados como "idiotas úteis, imbecis e massa de manobra", afirmações da existência de plantio de drogas ilícitas em universidades, compõem um conjunto obscuro de fatos e afirmações levianas que não podem ser toleradas.

Na ação, a Condsef/Fenadsef destaca que "a análise dos fatos denota claramente que o Governo Federal submete os trabalhadores do serviço público federal a tratamentos degradantes, eis que constantemente sujeitos a manifestações depreciativas e discriminatórias, capazes de induzir a opinião pública em desfavor do serviço público federal exclusivamente a fim de criar desequilíbrio social".

## **Verborragia**

Em mais um show de horrores, Paulo Guedes, um dos ministros que desfere ofensas frequentes contra servidores, voltou a atacar. Enfatizando a importância de Bolsonaro vetar o trecho de socorro a estados e municípios que permite reajuste salarial a algumas categorias do funcionalismo público, a despeito da pandemia do novo Coronavírus, o ministro pediu a "contribuição" da categoria e afirmou que "é inaceitável que tentem saquear o gigante que está no chão". Para Sérgio Ronaldo da Silva, secretário-geral da Confederação, é inadmissível que Guedes compare servidores a saqueadores. O secretário-geral lembra que quem está sendo processado em uma investigação por desviar bilhões em fundos de pensão é o próprio Paulo Guedes.

Enquanto o ministro da Economia enfileira frases de efeito e tenta promover o ódio contra o funcionalismo público, os servidores seguem na luta contra a pandemia que só hoje vitimou mais de mil brasileiros, a maior tragédia dos últimos tempos no País. São milhares de homens e mulheres que estão perdendo a vida, e pondo as famílias em risco, pelo Brasil.

Mesmo com tantos ataques, o ministro do STF, Luiz Fux, rejeitou ações de entidades que acionaram o Supremo cobrando danos morais pelas ofensas de Guedes. O entendimento do ministro foi de que as entidades não teriam poder de falar pelos servidores que se sentiram ofendidos. Mas as entidades vão seguir buscando formas de responsabilizar o ministro pelo desrespeito a milhões de trabalhadoras e

trabalhadores públicos que tem se dedicado na linha de frente ou em teletrabalho a superar a crise que o País atravessa.

### **Mais ataques**

Nessa segunda-feira, 18, o secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida, afirmou que a sociedade precisa rediscutir o salário e a estabilidade de servidores públicos com a pandemia do coronavírus. Está claro que o governo seguirá mirando nos servidores públicos. Por isso, também, a ação cível destaca que a instituição "serviço público" sofre os efeitos perversos do assédio imputado a servidores. "A população passa a receber diuturnamente a equivocada visão de que o serviço prestado e seus trabalhadores não são condizentes com seus custos, que sua o labor é desempenhado aquém de suas capacidades, que o desequilíbrio das contas públicas e, assim, da crise econômica e fiscal que assola o país decorre de privilégios propagados, mas inexistentes", destaca outro trecho da peça.

### **Não aceitaremos**

Para a Condsef/Fenadsef, a pandemia só reforçou que sem serviço público não há Brasil, não há chance de se vencer uma calamidade pública. É preciso, mais do que nunca, que investimentos públicos sejam assegurados e que servidores sejam valorizados e não atacados covardemente. A categoria precisa de condições de trabalho para garantir ao povo brasileiro o serviço público de qualidade pelo qual todos pagamos.

A entidade cobrar ações alternativas para enfrentar a crise sem atacar os serviços públicos. Onde está a cobrança em cima do 1% mais rico? Com quanto já contribuíram? Por que arrancar recursos do serviço público ao invés de taxar grandes fortunas? Esse governo age contra o povo e a favor de um grupo seleto de empresários, já bilionários. É por isso que as políticas ultraneoliberais precisam parar.

### **ALERTA!!! Reformas Administrativa e Previdenciária podem voltar à agenda**

O presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), voltou a defender a votação da reforma administrativa e uma "revisita" aos temas previdenciários, desta vez para rever as regras de transição.

A visão do presidente da Câmara é de que a reforma da previdência foi insuficiente porque teria atingido apenas os futuros servidores, defendendo uma nova reforma para alcançar também os atuais servidores, protegidos pela regra de transição.

O presidente da República declarou que enviará a reforma administrativa nas próximas semanas e o ministro da economia, que em passado recente chamou os servidores públicos de "parasitas", voltou novamente suas baterias contra o funcionalismo, desta vez acusando-os de querer "assaltar" o Brasil com pedidos de reajustes.

O argumento para a retomada dessa agenda de ajuste fiscal sobre os servidores, além da alegação de que a previdência dos servidores e os salários do funcionalismo são as duas maiores despesas da União excluem a conta de juros será o de que a pandemia provocou recessão na economia e perda de arrecadação, o que exigiria um forte corte de despesas para equilibrar as contas públicas.

### **INSS suspende prova de vida pelo prazo de 120 dias**

Em virtude da pandemia de COVID-19 o cadastramento anual de aposentados e pensionistas do INSS está suspenso pelo prazo de 120 dias a contar da data de 18 de março de 2020, conforme estabelecido na Instrução Normativa nº 22/ SGP/ SEDGG/ ME de 17 de março de 2020 e confirmada pelo Ofício Circular Sei nº 14/ 2020/ DGPA/PRES/INSS, de 16 de abril de 2020.

A suspensão do cadastramento não afeta o recebimento de proventos ou pensões pelos beneficiários. Encerrado esse prazo de 120 dias, os beneficiários deverão realizar o cadastramento junto às agências bancárias nos termos de que trata a Portaria nº 363, de 28 de novembro de 2016 e da Orientação Normativa nº 1, de 2 de Janeiro de 2017.

Durante a pandemia também fica também suspensa a realização de visitas técnicas para fins de comprovação de vida.

### **CCJ admite projeto de Luciana Genro que eleva imposto sobre heranças milionárias**

Com 8 votos a favor e um contrário, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou na manhã desta terça-feira (19) a admissibilidade do projeto de lei que estabelece isenção de cobrança para heranças de até R\$ 200 mil e aumenta a alíquota de 6% para 8% sobre heranças acima de R\$ 1 milhão.

"A situação de crise econômica causada pela pandemia vai se prolongar por muito tempo. É preciso buscar formas de aumentar a arrecadação sem penalizar os assalariados e a classe média, que já paga muito

imposto. Esta medida contribui com a economia do Estado neste período de crise, aliviando o imposto sobre as camadas mais baixas e aumentando para quem pode pagar mais. A tributação maior sobre o patrimônio e a riqueza acumulada é também um caminho reduzir as desigualdades sociais”, diz a deputada.

A proposta também inclui os planos de previdência privada na zona de incidência do ITCMD, como o Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) e o Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL), impedindo que esses instrumentos sejam utilizados para fins de evasão fiscal. A proposta terá agora o seu mérito analisado pela CCJ antes de seguir para votação em plenário.

**Parabéns aos Técnicos e Auxiliares de Enfermagem que com competência e dedicação formam a linha de frente da saúde.**

